

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1360411 - GO**  
**(2018/0228236-6)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : EXPRESSOCARD ADMINISTRADORA DE**  
**CARTOES LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCELO JOSÉ CISCATO E OUTRO(S) - PR024654**  
**MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA E**  
**OUTRO(S) - PR049078**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**INTERES. : ESTADO DE GOIÁS**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1022 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida, ou, ainda, para corrigir erro material.
2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.
3. Embargos de declaração rejeitados.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator